

1 Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas e
2 trinta minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, Quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala
4 cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se o segundo dia da primeira plenária
5 do décimo sexto plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes entre
6 conselheiros e convidados: Mariza Monteiro Borges, Rogério de Oliveira Silva, Maria
7 da Graça Corrêa Jacques, Sérgio Luis Braghini, Dorotéa Albuquerque de Cristo, Meire
8 Nunes Viana, Inara Barbosa Leão, Lurdes Perez Oberg, Nádia Maria Dourado Rocha,
9 Rosano Freire Carvalho, Madge Porto Cruz, João Carlos Alchieri, Vera Lucia Morselli,
10 Sandra Luzia de Souza Alencar, Roberto Moraes Cruz e Maria Augusta Rondas Speller.
11 Ausente: João Baptista Fortes de Oliveira que não pôde comparecer por motivo de
12 saúde na família. Presidiu a reunião, a Mariza Monteiro Borges que conferiu o quórum
13 mínimo e passou à discussão da ordem do dia. **9. Representações Institucionais.** O
14 Rogério de Oliveira apresentou o ponto explicando que seu objetivo é discutir as
15 representações institucionais do Conselho Federal de Psicologia. Explicou que devido a
16 certas urgências, foi necessário designar algumas pessoas para participar de reuniões
17 nesses espaços. No entanto, cabe ao XVI Plenário discutir e definir as pessoas que
18 representarão o CFP, de acordo com o projeto político dessa gestão. Várias pessoas se
19 manifestaram demonstrando preocupações sobre a forma de garantir o posicionamento
20 do CFP nas representações bem como o registro documental dessas participações.
21 Mariza Monteiro Borges destacou a importância de conhecer o trabalho do psicólogo e
22 potencializar o papel do Conselho Federal de Psicologia no que diz respeito à
23 orientação, articulando práticas profissionais às políticas públicas. O Rogério de
24 Oliveira Silva ressaltou que é preciso ter cuidado com a fragmentação de áreas que
25 dificultam a comunicação entre as mesmas, por isso, manteve a sua defesa na criação de
26 uma Coordenação Política a fim de unificar e documentar os avanços em todas as áreas.
27 Conclui-se, em síntese, pela necessidade de construir um acompanhamento sistemático
28 das representações que se articule com o projeto político de gestão e que dê conta da
29 pluralidade do fazer psicológico. Ainda, é necessário eleger uma coordenação política
30 que atue junto à coordenação técnica de relações institucionais, e que se construa uma
31 metodologia que inclua proposta de fórum e de grupos de trabalho com articulação com
32 os membros do Coletivo Ampliado e com o projeto de comunicação. Em seguida,
33 Rosano Carvalho se disponibilizou para estar na Coordenação Política do CFP e foi
34 aceito por aclamação do Plenário. O Rogério de Oliveira Silva acompanhará esses
35 trabalhos como representante da Diretoria. Dando continuidade às discussões das
36 representações, passou-se para a análise dos espaços de representações mais urgentes,
37 ou seja, aquelas que estão com reuniões convocados nos meses de janeiro e de fevereiro.
38 O Rosano Carvalho sugeriu que a Coordenação de Relações Institucionais solicite às
39 pessoas que estavam alocadas como representantes do CFP: histórico das discussões,
40 situação atual e relatórios. Mariza Monteiro Borges explicou que ainda no período de
41 transição entre as gestões, foi convidada para participar de uma reunião com o Ministro
42 da Educação para tratar do andamento do projeto de pesquisa "Violência e Preconceito
43 nas Escolas". Nessa reunião ela se comprometeu com o projeto indicando Vera Paiva e
44 Maria Augusta para compor o grupo gestor. Para as demais representações, Rogério de
45 Oliveira Silva sugeriu consultar o Plenário e o Coletivo Ampliado para indicação de
46 nomes, e manter a Mariza Monteiro Borges participando das reuniões de caráter
47 emergencial, até que se definam novos representantes. O Rogério de Oliveira Silva
48 informou também que os espaços que já foram indicados nomes por esse Plenário são:
49 Marco Aurélio para o Conselho Nacional LGBT; Esther Arantes para o Conanda e
50 Fórum DCA; Walter da Mata para o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Rogério', 'Mariza', 'Rosano', and 'Walter']

52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Racial; e Rogério de Oliveira Silva para o Fórum Nacional da Democratização da Comunicação. Nesse momento, a Mariza Monteiro Borges colocou em regime de votação a aprovação dos representantes que foram convidados, os quais foram aprovados por unanimidade. Dando continuidade ao ponto, Rogério de Oliveira Silva explicou que o CFP também tem representação nas Câmaras Técnicas de Residência Multiprofissional – MEC cujas representações atuais foram compartilhadas com a ABEP. E, perguntou ao XVI Plenário se a indicação continuará de forma compartilhada com a ABEP. Abertas as inscrições, Mariza Monteiro Borges esclareceu que não se opõe às parcerias com as associações de Psicologia, inclusive a ABEP. No entanto, defende que o CFP tem que garantir isonomia no que tange às relações com as associações bem como autonomia administrativa para todas. Mais pessoas se manifestaram corroborando que não se deve privilegiar a relação do CFP com nenhuma entidade da categoria. Decidiu, portanto, que a ABEP não será consultada para os nomes das representações das Câmaras Técnicas do MEC e que as indicações seguirão os procedimentos das demais indicações. A sessão foi interrompida às doze horas e dez minutos para almoço, retornando à plenária às treze horas e quarenta minutos, dando prosseguimento à pauta. **10. Avaliação Psicológica.** O João Carlos Alchieri apresentou o ponto explicando que além de homologar a análise dos testes psicológicos, é muito importante discutir os problemas relacionados à Avaliação Psicológica Brasileira. Juntamente com o Roberto Cruz apresentou um breve histórico sobre a criação do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – Satepsi, o qual conta com a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica e pareceristas *ad hoc*, e as amplas implicações deste modelo na sociedade como um todo. Foram ressaltados ainda os vários interesses envolvidos, em especial, de ordem comercial. Estabeleceu-se um debate sobre o tema com críticas dos presentes sobre o modo de funcionamento do CFP em relação ao tema, tanto por seu aspecto restritivo como pela sua terceirização para uma comissão *ad hoc*. Foi lembrado que outras questões perpassam a Avaliação Psicológica, tais como: concessão de título de especialista em Avaliação Psicológica com credenciamento de cursos de especialização pelo CFP. O Rogério de Oliveira Silva explicou que o Ministério Público de Minas Gerais tem questionado o credenciamento de cursos pelo CFP com o argumento de que essa função é do Ministério da Educação. Sobre esse assunto, a equipe técnica esclareceu que já houve uma liminar judicial determinando que os psicólogos que cursaram especializações em instituições credenciadas pelo MEC também têm direito ao título de especialista. O debate continuou com uma reflexão sobre a confusão de papéis do CFP e de universidades quanto ao desenvolvimento de técnicas para uso da profissão; a redução da avaliação psicológica a testes psicológicos, muitas vezes confundidos com exames, diagnósticos, e outros conceitos. Todos concordaram com a importância de estabelecer um processo técnico e político para essa área verificando a composição da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica - CCAP, se necessário. Ficou acordado que os nomes dos pareceristas *ad hoc* devem obedecer a determinados critérios e não ter vínculos comerciais com editoras; criar um Grupo de Avaliação em Psicologia com membros especialistas das diversas áreas da Avaliação Psicológica para fazer discussão para além da avaliação de testes psicológicos. A Comissão de Avaliação em Psicologia contará com os seguintes membros: João Carlos Alchieri, presidente da comissão, Roberto Cruz e Vera Lúcia Morselli. Quanto aos testes psicológicos que estavam pautados para julgamento, o Plenário determinou que permanecessem em análise, tendo em vista a necessidade de maior discussão do assunto. Assim, será enviado ofício aos autores justificando esse aumento do prazo e o período atípico de transição das gestões. **11. Ofício da FENACTRAN sobre emissão de atestado psicológico.** O Roberto Cruz apresentou o

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150

ponto explicando que a Federação Nacional das Cooperativas de Trabalho dos Médicos e Psicólogos Peritos de Trânsito - FENACTRAN solicitou parecer sobre emissão de atestado psicológico. Assim, o documento foi construído e pautado para apreciação dessa Plenária. Considerando que no ponto anterior foi construída a Comissão de Avaliação em Psicologia, o Roberto Cruz enviará o parecer para análise dessa Comissão e da Mariza Monteiro Borges. Ao final, foi acordado também que os encaminhamentos decididos pelas comissões devem ser discutidos em Plenária. Nesse momento, a Mariza Monteiro Borges, solicitou inclusão do ponto "Orçamento do CFP" na pauta. Todos concordaram. **12. Apresentação do orçamento do CFP para 2014.** A palavra foi passada ao Sérgio Braghini que esclareceu o Plenário sobre os trâmites para aprovação do orçamento do CFP, a saber: aprovação pelo plenário do CFP e aprovação pela APAF. Em seguida, o coordenador administrativo financeiro, Gilson Oliveira, fez uma exposição sobre as previsões para 2014. Várias pessoas fizeram questionamentos que foram esclarecidos pela diretoria, pela coordenação geral e pela coordenação administrativo-financeira. O tema foi discutido amplamente e todos demonstraram preocupações com a situação financeira atual do Conselho Federal de Psicologia. A situação descrita foi que ao receber a gestão, a XVI Plenária encontrou ausência de valores nas diferentes rubricas do orçamento, visto o uso de recursos financeiros a partir do segundo semestre de dois mil e treze, em especial, gastos com publicações e rescisões de funcionários realizados pela gestão anterior. Ficou explicitado que o segundo semestre do ano foi atípico em relação aos anos anteriores no uso dos recursos financeiros do CFP e no montante de dívidas a serem pagas no exercício de dois mil e quatorze. Além disso, a atual gestão só teve contato com a situação a partir de vinte de dezembro de dois mil e treze. Os encaminhamentos aprovados foram: pautar para APAF a situação financeira do CFP e responsabilizar civil e criminalmente a gestão anterior, caso sejam comprovadas irregularidades. Às dezessete horas e trinta e cinco minutos, a Mariza Monteiro Borges encerrou a plenária, informando que no dia seguinte a plenária se iniciaria às nove horas. Nada mais havendo a tratar, eu, Maria da Graça Corrêa Jacques, lavrei a presente ata, que dato e assino, após ser lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados

Maria da Graça Corrêa Jacques
Roberto Cruz
Rosângelo F. Gilvanho
Mariza Monteiro Borges
Sérgio Braghini
Gilson Oliveira
Verônica Lucia Marsell
Mariza Monteiro Borges
Roberto Cruz
Roberto Cruz